



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – DPE, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, dotada de autonomia funcional e administrativa na forma do art. 6º da LC 575/2012, por intermédio de seu Defensor Público-Geral, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão** na forma **Presencial**, do tipo “menor preço por item”, com Regime de Execução “Empreitada por Preço Unitário”, para selecionar proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e substituição de Elemento Filtrante e mangueira de alimentação de filtro purificador de água, além de instalação e desinstalação de aparelhos para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE**, conforme especificações, quantitativo e condições estabelecidas no **Anexo I** e nas demais condições previstas neste edital, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

Sessão do Pregão Presencial

Data: as **13:30** horas do dia **24** de **maio** de **2018** terá início a Sessão Pública para credenciamento dos interessados, recebimento dos envelopes e julgamento das propostas de preços e da habilitação.

Local: na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Gerência de Convênios, Contratos e Licitações – GECONV – **Avenida Othon Gama D’Eça, nº 677** – Ed. The Office Avenida – 9º andar – **sala 906** – Centro - Florianópolis/SC.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Identificação dos Envelopes;

Anexo IV – Recibo de Documentos;

Anexo V – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo VI – Declaração Comprobatória de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;



Anexo VIII – Declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

Anexo IX – Modelo de Declaração de cumprimento das normas referentes à Saúde e à Segurança no Trabalho; e

Anexo X – Modelo de Autorização de Fornecimento.

1 – DA LICITAÇÃO

1.1 – Do Objeto

1.1.1 – A presente licitação destina-se a selecionar proposta (s) objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e substituição de Elemento Filtrante e mangueira de alimentação de filtro purificador de água, além de instalação e desinstalação de aparelhos para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE** – conforme especificações, quantitativo e condições estabelecidas no **Anexo I** e nas condições previstas neste edital.

1.1.2 – A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina não se obriga a adquirir o objeto e a quantidade definida neste edital.

1.1.3 – A quantidade licitada é estimada, podendo a Administração contratar o fornecimento de acordo com a sua efetiva necessidade, respeitando-se os limites máximos estabelecidos pela legislação.

1.1.4 – A prestação dos serviços e o fornecimento de produtos se dará conforme demanda da Administração.

1.2 – Envio de Envelopes por correspondência - quando a empresa não enviar representante

1.2.1 – A licitante que optar por não enviar representante, poderá enviar toda a documentação dentro do Envelope nº 3, por correspondência, que conterá em seu interior:

- a)** Envelope nº 1 (Proposta de Preços);
- b)** Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação);
- c)** Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo V); e
- d)** Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

1.2.2 – A parte externa do Envelope nº 3 deverá conter informações sobre o presente certame e aviso de que se trata de documento sigiloso, o qual somente poderá ser aberto pelo pregoeiro durante a sessão da licitação, conforme o Anexo III.

1.2.3 – A correspondência deverá ser entregue na Defensoria Pública de Santa Catarina, no **setor de protocolo** – Avenida Professor Othon Gama D'Eça, 622 – Centro – Ed. Luiz Carlos Brunet – Florianópolis/SC, com, no mínimo, 1 (um) dia útil anterior à data prevista para início da sessão.



1.2.4 – Fica sob inteira responsabilidade da licitante a entrega da correspondência no local e prazo descrito no subitem anterior.

1.5 – Da Execução da Licitação

1.5.1 – O processamento da licitação será feito pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

2.1.1 – A presente licitação, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, art. 48 I, destina-se EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESA-ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI, qualificados como tais nos termos do art. 3º, da LC nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2.1.2 – Para comprovação do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI, emitido por meio do Portal do Empreendedor (<http://portaldoeempreendedor.gov.br>), deverá ser apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

2.1.3 – Não será aplicada a exclusividade quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

2.2 – Não será admitida a participação de:

2.2.1 – Empresas em consórcio;

2.2.2 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.3 – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.4 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.5 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.3 – A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata os subitens 2.2.3 e 2.2.4, será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, pelo link <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>, no momento do credenciamento dos participantes no certame.



2.4 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

3.1 – O credenciamento dos interessados;

3.2 – A abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação das licitantes;

3.3 – A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço por item;

3.4 – A adjudicação da proposta de menor preço por item;

3.5 – A elaboração de ata;

3.6 – O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação; e

3.7 – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

4 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

4.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

4.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

4.3 – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 – Em data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, para a realização da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

5.1.1 – Para comprovar a condição de representante da licitante entregar-se-á ao Pregoeiro:

a) cópia do documento de identidade de fé pública, com foto (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou CNH – Carteira Nacional de Habilitação ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos, em nome da licitante;

c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante;



d) a entrega da Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (**Anexo V**);

e) a entrega da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para as empresas que pretendam usufruir os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declarando que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º do art. 3º, conforme modelo do **Anexo VI**;

e.1) a não apresentação da declaração de que trata o **Anexo VI** leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 ou não se enquadram nesta categoria jurídica;

e.2) a verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de suspensão/impedimento legalmente cabível.

e.3) as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, deverão apresentar documento que comprove esta situação.

5.2 – Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.

5.3 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

5.4 – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

5.5 – O licitante que desejar participar apenas com os envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, deverá enviá-los na forma do subitem 1.2, ou apresentá-los no local da sessão até o momento de abertura da sessão.

5.6 – Enquanto não encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá continuar a receber documentos para credenciamento.

5.7 – Ato contínuo, o Pregoeiro receberá os Envelopes n. 1 - Proposta de Preço e n. 2 - Documentação de Habilitação.

5.8 – A fase de credenciamento será encerrada, pelo Pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 – A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o **Anexo III**.



6.2 – Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no **Anexo III**.

6.3 – O comprovante de entrega de Documentos (**Anexo IV**) deverá ser preenchido em 02 vias e apresentado no momento da entrega dos envelopes.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

7.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I**, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou correio eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

7.1.1 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas todas as especificações e requisitos constantes do **Anexo I** do presente edital, informando as características e quaisquer outros elementos referentes ao objeto cotado, de forma a permitir que a Comissão Permanente de Licitações possa **facilmente** constatar se as especificações na presente concorrência foram ou não atendidas;

b) Valor Unitário e Valor Total ofertado para o Item, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

b.1) as empresas, que não sejam beneficiárias da isenção de ICMS, deverão apresentar, na proposta de preços, o valor bruto, objetivando o julgamento da proposta;

b.2) as empresas beneficiárias da isenção de ICMS deverão seguir o disposto no item 16 deste edital;

c) o número do lote ofertado que deverá corresponder exatamente ao lote e quantidade do **Anexo I** deste edital; e

d) Certificado de Aprovação, para o item 01, válido, por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados, de forma a comprovar documentalmente que o produto ofertado atende às especificações do Anexo I deste Edital.

7.2 – Critério de aceitabilidade dos preços unitário e total

7.2.1 – Conforme os dispositivos das leis que regem esta licitação, não será aceito preço final que resulte acima do valor constante no termo de referência.

7.3 – Condições Gerais da Proposta de Preços

7.3.1 – As propostas apresentadas para este Pregão terão validade por 60 dias, independentemente de sua transcrição.

7.3.1.1 – A proposta da licitante vencedora, após assinatura da Ata de Registro de Preços, terá validade por todo o período de vigência da Ata.



7.3.2 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

7.3.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

7.3.3.1 – Excluem-se da exigência as empresas catarinenses, que devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.3.4 – Na hipótese de serem apresentadas propostas sem a assinatura, estando presente o representante legal na sessão de abertura, a falta da assinatura poderá ser sanada pelo mesmo, até a etapa de cadastramento de propostas.

7.3.5 – A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com todos os respectivos valores unitários e totais proporcionalmente readequados representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de encerramento da sessão.

7.3.5.1 – No caso de isenção de ICMS, sendo vencedora empresa catarinense, esta deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com valores unitário e total brutos, deverá informar a alíquota do ICMS, e ainda, os valores unitário e total líquidos, ou seja, sem o valor do ICMS, proporcionalmente readequados ao valor representado pelo lance vencedor, objetivando a emissão do Contrato, da nota de empenho e do documento fiscal, observado o item 17 deste Edital.

8 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

8.1 – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o Pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital, classificará para participar dos lances verbais as propostas que estejam de acordo com as especificações do objeto deste certame e ordenará as propostas classificadas por ordem de menor preço por item.

8.2 – Julgamento das Propostas Escritas

8.2.1 – Serão desclassificadas as licitantes em razão de as propostas escritas:

- a)** não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b)** se apresentarem omissas ou incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o objeto licitado e com as especificações constantes no Anexo I;
- c)** apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;
- d)** conflitarem com a legislação em vigor;
- e)** deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item 7 – Da Proposta de Preços, deste edital;
- f)** fixarem condicionantes para a aquisição dos produtos.



8.2.2 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

8.2.3 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**.

8.3 – Lances Verbais

8.3.1 – Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor valor unitário por item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço por item.

8.3.2 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas, nas condições previstas no subitem anterior, serão classificados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

8.4 – Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

8.4.1 – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

8.5 – Os lances verbais e sucessivos pelo Valor Unitário de cada item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

8.6 – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 – O pregoeiro no momento da sessão, visando conferir celeridade ao procedimento, poderá definir valor de decréscimo mínimo em relação à proposta de menor valor anteriormente ofertada para o item.

8.8 – Não será admitida a desistência das propostas apresentadas ou do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 – A ausência de manifestação em lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

8.11 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se da seguinte forma:



8.11.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.11.2 – Encerrada a fase de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.11.3 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.11.5 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.12 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.11, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.13 – Encerrada a etapa competitiva o Pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 8.3 e 8.11, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

8.14 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com o Termo de Referência, decidindo a respeito.

8.15 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.16 – Se a oferta não for aceitável, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital.

8.17 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.18 – Para apresentação de proposta de preço inferior, na forma do subitem 8.11.2, e para negociação visando obtenção de melhor preço, na forma dos subitens 8.13, 8.15, 8.17 e 10.3, não será limitado o decréscimo mínimo previsto no subitem 8.7.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 2



9.1 – A licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante a apresentação dos documentos abaixo descritos.

9.2 – Habilitação Jurídica

9.2.1 – Para habilitação jurídica, apresentação de:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam; comprovando a pertinência ao objeto desta licitação.

9.2.2 – A documentação exigida para habilitação jurídica será suprida se tiver sido apresentada na fase de credenciamento.

9.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.3.1 – Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, o licitante deve apresentar:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente. Caso o licitante seja de outro Estado da Federação, deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina nos termos do Decreto Estadual 3.650/93;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

g) entrega da declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, consoante **Anexo VIII**;

h) documentação relativa ao cumprimento das normas referentes à saúde e segurança no trabalho de seus empregados, consoante exigência da Lei Estadual 10.732/98, conforme modelo constante do **Anexo IX**.



9.3.2 – No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

9.4 – Qualificação Técnica

9.4.1 – Atestado de Aptidão Técnica

9.4.1.1 – Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado de aptidão técnica, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, o fornecimento do objeto licitado, emitido em papel timbrado por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, não relacionada(s) ao fornecedor, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente nos termos do art. 30, § 1º, inc. I, da Lei 8.666/93.

9.5 – Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1 – A prova de qualificação econômico-financeira ocorrerá mediante apresentação de:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, com base nos parâmetros definidos a seguir, acompanhadas dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação, conforme inciso I, artigo 31 da Lei n.º 8.666/93;

a.1) a comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

Índice de Liquidez Geral (LG), com valor superior a 1, onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Solvência Geral (SG), com valor superior a 1, onde:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor superior a 1, onde:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a.2) a licitante deverá apresentar as fórmulas devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a.3) considerados os riscos para a Administração, na forma dos §§ 2º e 3º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93, a licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um), em qualquer dos índices, Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente,



ou não apresentar memorial de cálculo para aferição dos índices, deverá comprovar que possui capital mínimo ou o patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação;

a.4) se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

b) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica.

9.6 – Disposições Gerais Acerca dos Documentos de Habilitação

9.6.1 – As empresas cadastradas no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, poderão apresentar cópia do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina, pertinente ao objeto desta licitação.

9.6.2 – Os documentos mencionados no Certificado de Cadastro de Fornecedores deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão.

9.6.3 – Para suprir a documentação vencida, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá ser entregue o documento hábil correspondente.

9.6.4 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

9.6.4.1 – Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.4.2 – A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.6.5 – As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, deverão apresentar documento que comprove esta situação.



9.6.6 – Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.6.7 – Para a Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial que não apresentar prazo de validade expresso, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias da data da emissão.

9.6.8 – Será aceito comprovante de regularidade fiscal obtido na rede Internet, condicionado que o mesmo tenha sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

9.6.9 – Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o item 9 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e, quando for o caso, o respectivo endereço, observado que:

a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

9.6.10 – As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

10 – DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço por item, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço por item, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

10.2 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

10.3 – Se a licitante detentora da melhor oferta não apresentar situação de habilitação regular, será convocada a licitante da melhor oferta subsequente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Sujeitando-se a empresa inabilitada às penalidades previstas.

10.4 – Os envelopes n. 2 - Documentação de Habilitação - que não forem analisados serão devolvidos aos licitantes no final da sessão.

10.5 – Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse do Pregoeiro até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no preâmbulo do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.



10.6 – Os envelopes não reclamados no prazo estipulado no subitem anterior serão destruídos pela Administração.

11 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

11.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a)** das licitantes credenciadas;
- b)** das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c)** da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d)** da manifestação imediata e motivada de intenção da licitante em recorrer das decisões do pregoeiro.

11.1.1 – A ata circunstanciada será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

12.1.1 –Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

12.2 –Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer das decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.3 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.4 – A falta de manifestação imediata e motivada, durante a sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso.

12.5 – As vias originais assinadas das impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues no Protocolo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, conforme endereço descrito no subitem 1.2.3 deste edital.

12.5.1 – As impugnações, recursos e contrarrazões poderão ser encaminhados também pelo correio eletrônico licitacao@defensoria.sc.gov.br ou pelo site www.portaldecompras.sc.gov.br, sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

12.6 – A não observância às normas anteriormente estabelecidas implica na desconsideração da petição enviada por e-mail.

13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



13.1 – Homologado o procedimento, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina convocará a licitante vencedora para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao registro de preços.

13.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulado no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

13.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

13.1.3 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.2 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

13.3 – Na Ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres das partes.

13.4 – É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.6 – Da execução da Ata de Registro de Preços

13.6.1 – A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

13.6.2 – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

13.6.3 – São partes integrantes da Ata a ser assinada, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

13.6.4 – Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da licitante vencedora, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.



13.6.5 – São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

13.6.6 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à DPE/SC qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

13.6.7 – A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pela DPE/SC, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

13.7 – Da alteração da Ata de Registro de Preços

13.7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo à Defensoria Pública de Santa Catarina, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

13.7.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina deverá:

13.7.3.1 – Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.7.3.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

13.7.3.3 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.7.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, poderá:

13.7.4.1 – Negociar os preços;

13.7.4.2 – Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.7.4.3 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.7.5 – Não havendo êxito nas negociações, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.8 – Do recebimento do objeto

13.8.1 – O recebimento do objeto dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Contratante, que fará a verificação da sua conformidade com as



condições e especificações descritas neste Edital e seus Anexos e na proposta de preços da Contratada, de acordo com o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e serão recebidos:

13.8.1.1 – em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

13.8.1.2 – em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 90 (noventa) dias da data da entrega do bem ou material.

13.8.2 – Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

13.8.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.8.4 – O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias, contados da comunicação escrita do contratado de que o serviço foi concluído ou da data da entrega do bem ou material, conforme o caso.

13.8.5 – Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação não ser, lavrada ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

13.8.6 – Poderá ser dispensado o recebimento provisório, sendo o recebimento feito mediante recibo, nos seguintes casos:

13.8.6.1 – gêneros perecíveis e alimentação preparada;

13.8.6.2 – serviços profissionais;

13.8.6.3 – obras e serviços de valor até R\$ 80.000,00, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

13.8.7 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

13.8.8 – O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após:

a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo;



b) a verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes do Edital e da proposta da fornecedora;

13.8.9 – Sendo satisfatórias a verificação será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

13.8.10 – O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedor, sem qualquer ônus para a Contratante.

13.8.11 – Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

13.8.12 – A Fornecedor, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, ou do próprio produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

13.8.13 – O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Fornecedor, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

14.1.1 – Não retirar a respectiva Ata de Registro de Preços, não comunicar a ciência da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.2 – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

14.1.4 – Tiver presentes razões de interesse público.

14.2 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

14.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado antes da comunicação da Autorização de Fornecimento.

15 – DO FORNECIMENTO

15.1 – A contratação com os fornecedores, será formalizada pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, mediante Ata de Registro de Preços, e o



fornecimento se dará após a emissão de Autorização de Fornecimento – AF, conforme modelo constante do Anexo X deste Pregão, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

15.2 – Comunicação da Autorização de Fornecimento

15.2.1 – A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e a comunicação da Autorização de Fornecimento será realizada através de correio eletrônico, ou outro meio de comunicação similar, no endereço indicado pela Contratada.

15.2.2 – Assinada a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será comunicada da Autorização de Fornecimento, da qual deverá informar sua ciência no prazo de 3 (três) dias úteis.

15.2.3 – Após o prazo previsto no item anterior, caso não haja manifestação da licitante vencedora, será considerada ciente.

15.3 – Condições de entrega/instalação/desinstalação/fornecimento

15.3.1 – Os produtos deverão ser entregues, de acordo com local, prazo, características e especificações constantes no **Anexo I**.

15.3.2 – Os serviços de assistência técnica, durante o prazo de garantia, serão realizados sempre que necessário, mediante chamada/solicitação da DPE/SC, a qual deverá ser atendida no prazo estipulado no Anexo I.

15.3.3 – A Contratada deverá substituir o(s) material(is) que apresentar(em) defeito(s), na forma e prazo especificados no **Anexo I**.

15.3.4 – As despesas relativas aos eventuais deslocamentos, instalação e suporte técnico correrão por conta da Contratada e sob sua exclusiva responsabilidade.

15.3.5 – A Contratada deverá manter estoque e suprir seus técnicos de materiais de reposição, de modo que o conserto não fique pendente por falta de material.

15.3.6 – A falta de material(is) não poderá ser alegada como motivo de força maior, e não eximirá a Contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

15.3.7 – Os serviços de assistência técnica compreenderão a troca ou substituição, por conta da Contratada, de materiais que venham a se tornar necessários para a efetiva correção dos problemas constatados.

15.3.8 – No fornecimento dos objetos licitados, serão escolhidos, aleatoriamente, materiais para verificação de sua adequada conformidade com as especificações contidas nos itens do **Anexo I** deste edital e da proposta de preços inclusive, onde está indicado qual material foi oferecido pela licitante.

15.3.9 – Caso o produto entregue, não corresponda ao exigido pelo Edital, o fornecedor deverá providenciar, no prazo estipulado no Anexo I, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital. As despesas, decorrentes da devolução de mercadorias, que não atenderem o solicitado e a qualidade exigida ou, apresentarem defeitos, serão por conta da licitante.



15.3.10 – Caso o fornecimento esteja em desacordo, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina poderá:

- a) aplicar as sanções cabíveis à licitante responsável pela execução deficiente do objeto licitado;
- b) rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- c) convocar as demais licitantes, em ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.3.11 – As entregas deverão ser programadas, agendadas e realizadas nos horários estabelecidos junto a Administração da Defensoria.

15.4 – Das Obrigações das Partes

15.4.1 – São obrigações da Contratante:

15.4.1.1 – Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

15.4.1.2 – Exercer a fiscalização da prestação dos serviços e do fornecimento de produtos por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.4.1.3 – Prestar à Fornecedora todas as informações necessárias ao regular cumprimento de suas obrigações.

15.4.1.4 – Acompanhar e aprovar a prestação dos serviços executados e o fornecimento dos produtos.

15.4.1.5 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e produtos em desacordo com as obrigações assumidas decorrentes deste Registro de Preços.

15.4.1.6 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados, ou que substitua os produtos fornecidos, com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações deste Registro de Preços.

15.4.1.7 – Atestar as notas fiscais/faturas referentes à execução do objeto.

15.4.1.8 – Emitir o termo de aceitação dos serviços prestado e produtos fornecidos, após a efetiva entrega, de acordo com o objeto licitado.

15.4.1.9 – Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

15.4.1.10 – Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no Registro de Preço.

15.4.1.11 – Aplicar penalidades à Contratada, mediante o devido processo legal, garantida a ampla defesa e o contraditório.

15.4.1.12 – Rescindir o contrato, caso se verifique alguma das situações dispostas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

15.4.2 – São Obrigações da Contratada:

15.4.2.1 – A contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no edital e seus anexos, na sua proposta e, em especial, atentar-se para as condições de prestação dos serviços, prazos de execução, local, garantia, reposição e substituição



de produtos e demais obrigações contidas no Termo de Referência, Anexo I, e na Minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo VII deste edital.

15.5 – Da rescisão Contratual

15.5.1 – A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.5.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a DPE/SC, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

15.5.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratada são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Contrato.

16 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 – O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Unidade Gestora 15001 (Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina), Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.30, Subelemento 21; Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.30, Subelemento 25; Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.39, Subelemento 29.

17 – DA ISENÇÃO DE ICMS

17.1 – Nos casos em que o objeto da licitação tenha o benefício da isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas operações internas na forma do Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003, alteração nº 246, e do Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, a isenção fica condicionada ao desconto nos preços, do valor equivalente ao imposto dispensado e da indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços.

17.2 – As empresas catarinenses, deverão considerar esse benefício e apresentar sua proposta, orçamento ou cotação de preço com valor bruto, a alíquota do ICMS, e ainda, o total líquido, ou seja, sem o valor do ICMS, conforme modelo proposto no Anexo II;

17.3 – Na emissão da Nota Fiscal, a empresa proponente deverá novamente indicar preço com valor bruto, a alíquota do ICMS, e o total líquido, sem o valor do ICMS.

17.4 – As empresas beneficiárias da isenção de ICMS concorrerão com o valor unitário líquido.

17.5 – As alíquotas aplicáveis a cada produto, o cálculo para formação do preço com isenção e a forma de contabilização da operação são encargos das empresas cotantes, assessoradas por seus respectivos contadores, razão pela qual a DPE não prestará orientação nesse sentido, pois, são questões tributárias pertinentes à contabilidade das empresas e ao fisco estadual.

17.6 – No caso de nota fiscal com vários itens, a demonstração do desconto deverá ser feita pelo total, considerados os subtotais por alíquotas.



17.7 – A isenção supracitada não se aplica:

a) às aquisições de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, conforme decreto nº 3.174, de 15 de abril de 2010, que introduz as alterações 2.294 a 2.307 no RICMS/SC-01, quando efetuadas em estabelecimentos varejistas;

b) às compras de produtos efetuadas em empresas cadastradas no SIMPLES/SC;

c) às compras de produtos efetuadas em empresas sediadas em outros Estados.

18 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

18.1. – Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal, será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS, observado o **item 17**.

18.1.2 – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e inclui:

a) todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) a prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia do bem fornecido.

18.2 – O pagamento será efetuado à contratada, em conta bancária por ela indicada, por Ordem Bancária, realizado por intermédio do Banco do Brasil S.A. e efetivado mediante apresentação de nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 16.867.676/0001-17, devendo constar na Nota também o número da licitação e do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

18.2.1 – Nos casos em que a licitante vencedora informar dados bancários para pagamento em outro(s) banco(s), serão descontados da contratada os valores referentes à transferência eletrônica disponível (TED), por nota fiscal emitida.

18.2.2 – A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no [site http://nfe.sef.sc.gov.br](http://nfe.sef.sc.gov.br))

18.3 – O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a licitante vencedora, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto Estadual nº 3.884, de 26 de agosto de 1993, bem como Certidão negativa de Débitos perante a União, o Município e a Justiça do Trabalho além de regularidade fiscal perante a Seguridade e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

18.4 – O pagamento será realizado nas datas estipuladas no Cronograma de Transmissão de Ordens Bancárias pelo Governo do Estado para despesas gerais em prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplimento.



18.4.1 – O cronograma físico financeiro de desembolso será executado em parcelas mensais de acordo com o serviço efetivamente prestado.

18.4.2 – O cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, será divulgado pela Gerência de Finanças e Contabilidade da DPE/SC.

18.5 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19 – DAS SANÇÕES:

19.1 – As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos, quando, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.



IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

19.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

19.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – Somente será aceito documento original, cópia autenticada ou documento extraído de sítio eletrônico legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

20.1.1 – A aceitação de documentos oriundos de sítio eletrônico fica condicionada à possibilidade de verificação de sua autenticidade por meio eletrônico.

20.1.2 – A cópia não autenticada poderá ser aceita, desde que, legível e acompanhada de seu original, para fins de conferência.

20.2 – Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestadas por meio do site www.portaldecompras.sc.gov.br ou pelo correio eletrônico licitacao@defensoria.sc.gov.br em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.3 – A solicitação de vistas ao processo licitatório deverá ser requerida, por intermédio de petição escrita dirigida à Gerência de Convênios Contratos e Licitações por meio do correio eletrônico licitacao@defensoria.sc.gov.br.

20.4 – A Gerência de Convênios Contratos e Licitações comunicará à requerente, por e-mail, a data e horário agendado para realizar vistas ao processo licitatório.

20.5 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.6 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



20.7 – A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.8 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

20.9 – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no site <http://www.portaldecompras.sc.gov.br> e <http://www.defensoria.sc.def.br/>.

20.10 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

20.11 – A Administração poderá realizar a filmagem e gravação de imagens e áudios gerados durante a sessão do pregão.

20.12 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.13 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis, 18 de abril de 2018.

Ana Carolina Dihl Cavalin
Defensora Pública-Geral

Alberto Marcos Til Mello
Gerente de Convênios, Contratos e Licitações



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e substituição de Elemento Filtrante e mangueira de alimentação de filtro purificador de água, além de instalação e desinstalação de aparelhos para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE, conforme especificações, quantitativo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Justificativa:

Justifica-se a contratação pela necessidade de se garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos purificadores de água que são essenciais para garantir aos defensores, servidores e usuários deste órgão, o fornecimento de água devidamente filtrada, visando à preservação da saúde e bem-estar de todos.

A presente contratação justifica-se em face da necessidade da DPE-SC em diminuir/eximir possíveis transtornos que venham a ocorrer em casos de o conjunto de mangueiras apresentar danos, vindo assim a ocorrer vazamentos. Faz-se necessário também a substituição do elemento filtrante para que se evite que a água apresente odor ou sabores.

A presente licitação visa aquisição de itens cujo valor é inferior a R\$ 80.000,00. Desta forma, os itens do Lote único são destinados exclusivamente para ME, EPP e MEI, conforme disposto na LC 123/06, art. 48, I.

O objeto do presente instrumento será dividido por itens, uma vez que, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Os bens a serem adquiridos possuem natureza divisível, ou seja, não precisam ser adquiridos em conjunto, podem ser adquiridos separadamente (licitação por item) sem que isso afete o resultado ou a qualidade final do produto.



1 - DESCRIÇÃO DOS ITENS

Lote Único

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Elemento filtrante compatível com purificador de água Europa, modelo Summer Line SNTA Plus.</p> <p>- filtragem e purificação de água para consumo humano através de sistema próprio do equipamento com eficiência bacteriológica;</p> <p>- nível de retenção de partículas P-I, capaz de reter impurezas maiores de 1 micron.</p> <p>- redução de cloro livre C-I, capaz de reduzir 75%;</p> <p>- sistema de tratamento da água a base de carvão ativado;</p> <p>Deverá ser apresentado, Certificado de Aprovação, válido, por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados.</p> <p>A verificação/comprovação será feita no recebimento quando da aceitação definitiva, no prazo e condições contidas neste Termo, no edital e no instrumento contratual.</p>	50 un	R\$ 290,00	R\$ 14.500,00
02	<p>Conjunto completo de mangueiras de alimentação e conexões (mangueira flexível / tubo de polietileno branco)</p>	350 metros	R\$ 23,00	R\$ 8.050,00
03	<p>Serviço de substituição dos elementos filtrantes e mangueiras, incluso custos com deslocamento e todas as demais despesas inerentes envolvidas.</p>	50 un	R\$ 56,67	R\$ 2.833,50
04	<p>Serviço de instalação de filtro d'água</p>	25 un	R\$ 78,33	R\$ 1.958,25
05	<p>Serviço de desinstalação de filtro d'água</p>	25 un	R\$ 78,33	R\$ 1.958,25

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.1 - O prazo de garantia iniciar-se-á com a emissão do Termo de Recebimento.



2.2 - As propostas apresentadas para este Pregão terão validade durante todo o período do registro de preços, independentemente da ausência da informação. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses.

2.3 - Para a elaboração das propostas deverão ser considerados que os pedidos serão encaminhados, por documento denominado **Autorização de Fornecimento**.

2.3.1 - Os produtos deverão ser entregues e trocados na Sede Administrativa e nos Núcleos Regionais conforme endereços das Autorizações de Fornecimentos e atendendo as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

2.4 - Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

2.5 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

2.6 - O prazo de garantia será de 90 (noventa) dias para os materiais, salvo se a garantia apresentada pelo fabricante for superior àquela estabelecida, contado a partir do recebimento definitivo, contra todo e qualquer defeito comprovado de materiais, fabricação e funcionamento.

2.7 - Os documentos de garantia, Certificado ou Termo de Garantia fornecido pelo fabricante, devem acompanhar os produtos no momento da entrega.

2.8 - A ausência dos documentos para exercício da garantia, no momento da entrega dos bens, caracteriza descumprimento contratual ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas neste Termo.

3 - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1 - Entregar os materiais nos endereços citados na Autorização de Fornecimento em perfeitas condições;

3.2 - Cumprir fielmente esta norma, de forma que os materiais relacionados sejam entregues com esmero e perfeição;

3.2.1 - O elemento filtrante deve ser entregue em embalagem lacrada e em perfeita condição de armazenamento, de modo a garantir o transporte adequado e seguro do bem, sob pena de não recebimento do mesmo.

3.2.2 - A embalagem do elemento filtrante deve ser personalizada, na qual conste o prazo de validade, garantia, série e instruções para troca do produto.

3.3 - Substituir os materiais, objeto deste edital, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços;

3.4 - Assumir todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, transporte e outros, inerentes ao cumprimento do objeto do certame, ficando a Defensoria Pública isenta de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

3.5 - **A Empresa Contratada deverá, obrigatoriamente, entregar e realizar a substituição conforme quantidade descrita na Autorização de Fornecimento, não sendo admitido o parcelamento nem o fornecimento de materiais diversos do estipulado, sob pena das sanções legais cabíveis.**



3.6 - No ato da entrega dos elementos filtrantes serão analisados os volumes, componentes, quantidades de acordo com a Nota Fiscal apresentada em conformidade com a Autorização de Fornecimento, sendo que aqueles que não satisfizerem às especificações exigidas serão devolvidos, devendo ser substituídos pela Empresa Fornecedora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da solicitação de substituição feita pelo Departamento Administrativo. Cabendo o ônus do envio e devolução dos mesmos a Empresa Fornecedora.

3.6.1 - Após realizada a conferência pelo servidor responsável, a Contratada deverá proceder ao serviço de troca dos elementos filtrantes.

3.7 - A empresa fornecedora deverá comunicar à DPE/SC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

3.7.1 - Manifestar-se justificadamente expondo os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previamente definido na confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento.

3.8 - Substituir às suas expensas, o(s) refis(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como aqueles que esteja(m) em desacordo com as especificações da Requisição de Fornecimento, providenciando a substituição dos mesmos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente ou via fax ou e-mail.

3.9 - Responsabilizar-se com exclusividade por todas as despesas relativas a retirada e troca do refil substituído após a primeira entrega e durante a vigência do prazo de garantia.

3.10 - Responsabilizar-se pelas manutenções corretivas dos elementos filtrantes que apresentarem defeitos durante o prazo de vigência da garantia, cabendo-lhe decidir pela melhor operacionalização do atendimento, sem que este traga quaisquer prejuízos a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

3.11 - Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, e outros dados do fornecedor, como por exemplo, endereços, telefones e nome de representantes, durante o prazo de vigência da Ata, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

3.12 - Cabe à CONTRATADA: A instalação, desinstalação e realocação dos aparelhos a fim de atender as necessidades específicas de cada núcleo e da sede administrativa.

4 - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE LICITANTE

4.1 - Proporcionar ao FORNECEDOR as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato.

4.2 - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Edital e seus Anexos.

4.3 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.



4.4 - Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela Contratada, devidamente identificado, aos locais onde devam efetuar a entrega dos materiais, tomando todas as providências necessárias à boa execução das obrigações contratuais.

4.5 - Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho do objeto ora contratado.

4.6 - Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato.

4.7 - Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à Contratada.

4.8 - Anotar em registro próprio e notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

4.9 - Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

4.10 - Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

5 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

5.1 - Os elementos filtrantes fornecidos deverão possuir certificação no INMETRO, comprovando eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros especificados, o que será verificado no dia da entrega, não sendo aceitos aqueles que não estiverem conforme tal exigência.

5.2 - Referido certificado deverá ter sido emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, ficando o CONTRATANTE, desde a celebração do contrato, autorizado a obter laudo diretamente junto a referido laboratório, caso julgue necessário.

6 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 - A contratada deverá fornecer materiais/insumos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2.

6.2 - A contratada deverá acondicionar os materiais/insumos em embalagens compostas se possível por materiais recicláveis.

6.3 - A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.4 - A contratada deverá observar o disposto no Guia de Sustentabilidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como a Resolução CSJT nº 103/12, que consistem na adoção de procedimentos que visem à proteção da saúde pública, a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade da produção e consumo, o desenvolvimento de tecnologias limpas pertinentes ao objeto contratado.



7 - DO PRAZO DE FORNECIMENTO

7.1 - O prazo de fornecimento do objeto, será de 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da autorização de fornecimento. O prazo especificado, sobre a conclusão da entrega, incluiu a entrega do material e troca, que deve ser realizada presencialmente por representante legal da CONTRATADA.

7.1.1 – O prazo pode ser prorrogado por igual período caso requisitado pela CONTRATADA ficando a critério da CONTRATANTE a aceitação dos argumentos para prorrogação.

7.2 - Será considerado fornecido o objeto somente após a conclusão do serviço de substituição do elemento filtrante.

8 - LOCAL DE ENTREGA

8.1 - Os serviços serão realizados na Sede e nos Núcleos Regionais da Defensoria Pública, conforme endereços constantes no site da DPE/SC, <http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/site-map/nucleos-regionais>, conforme demanda solicitada por meio de Autorização de Fornecimento.

8.2 - A contratada deverá aceitar alteração de endereço para a entrega e instalação dos produtos, sem ônus para a DPE/SC, se esta vier a trocar de localização na mesma cidade dos endereços supra descritos.

8.3 – Segue quadro demonstrativo atual da quantidade e localidade onde há filtros purificadores instalados na DPE/SC.

Núcleos	Quantidade
Florianópolis	14
Brusque	2
Joinville	3
Blumenau	3
Itajaí	3
Lages	3
Chapecó	2
Criciúma	2
Araranguá	1
Caçador	2
Campos Novos	1



Concórdia	1
Curitibanos	1
Jaraguá do Sul	1
Joaçaba	0
Mafra	1
Maravilha	1
Palhoça	1
Rio do Sul	2
São Lourenço	2
São Miguel do Oeste	1
Tubarão	1
Xanxerê	1
São José	1
Total	50



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

A/C do Sr. Pregoeiro

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e substituição de Elemento Filtrante e mangueira de alimentação de filtro purificador de água, além de instalação e desinstalação de aparelhos para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE, observadas todas as especificações e requisitos constantes no Anexo I do Edital PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018.

Lote Único

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Elemento filtrante compatível com purificador de água Europa, modelo Summer Line SNTA Plus.</p> <ul style="list-style-type: none">- filtragem e purificação de água para consumo humano através de sistema próprio do equipamento com eficiência bacteriológica;- nível de retenção de partículas P-I, capaz de reter impurezas maiores de 1 microm.- redução de cloro livre C-I, capaz de reduzir 75%;- sistema de tratamento da água a base de carvão ativado; <p>Deverá ser apresentado, Certificado de Aprovação, válido, por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados.</p> <p>A verificação/comprovação será feita no recebimento quando da aceitação definitiva, no prazo e condições contidas neste Termo, no edital e no instrumento contratual.</p>	50 un	R\$	R\$



02	Conjunto completo de mangueiras de alimentação e conexões (mangueira flexível / tubo de polietileno branco)	350 metros	R\$	R\$
03	Serviço de substituição dos elementos filtrantes e mangueiras , incluso custos com deslocamento e todas as demais despesas inerentes envolvidas.	50 un	R\$	R\$
04	Serviço de instalação de filtro d'água	25 un	R\$	R\$
05	Serviço de desinstalação de filtro d'água	25 un	R\$	R\$

Valor ofertado por extenso: _____

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefone: ()

Fac-simile: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Local e data:

Nome, cargo e assinatura

Carimbo com Razão Social e CNPJ



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO III

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018
ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / E-MAIL:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018
ENVELOPE nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / E-MAIL:

Destinatário:
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GERÊNCIA DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018
Avenida Professor Othon Gama D'Eça, 622 – Centro – Ed. Luiz
Carlos Brunet – Florianópolis/SC

**DOCUMENTO
SIGILOSO**

ENVELOPE nº 3 – DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO

(quando a licitante não enviar representante)
Conforme subitem 1.2 do edital.

**SOMENTE PODERÁ
SER ABERTO PELO
PREGOEIRO
DURANTE A SESSÃO
DA LICITAÇÃO**

Remetente:
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / E-MAIL:



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO IV

RECIBO DE DOCUMENTOS

Declaro que recebi na Gerência de Convênios, Contratos e Licitações - GECONV da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Avenida Othon Gama D'Eça, nº 677 – 9º andar – sala 906 do Ed. The Office Avenida – Centro - Florianópolis/SC, os envelopes nº 01 (Proposta de Preços), nº 02 (Documentos de Habilitação) e Declaração (Anexo V) - quando a empresa não enviar representante, para serem anexados ao Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, da empresa _____

Florianópolis _____, de _____ de 201 .

Assinatura: (servidor responsável pelo recebimento)

Observações:

- 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta.
- 2) Não pode conter rasuras.
- 3) Válido somente com carimbo e visto da GECONV.



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE
HABILITAÇÃO**

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CGC/CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, instaurado e conduzido pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, conforme exigido pelo inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da Empresa



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa....., CNPJ, está enquadrada na categoria.....(Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da Empresa



PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Avenida Othon Gama D'Eça nº 622, Edifício Luiz Carlos Brunet, CEP 88015-240, inscrita no CNPJ sob o nº 16.867.676/0001-17, neste ato representada pelo seu Defensor Público Geral, doravante denominada CONTRATANTE, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa vencedora, que apresentou preços mais vantajosos, por item, sujeitando-se as partes ao edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

Empresa vencedora: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na rua _____, nº _____, Bairro _____
Cidade _____/UF: _____ – CEP: _____
Telefone fixo (____) _____-_____, e-mail
xxxxxxxx@xxxxx.xxx.xx, doravante denominada Fornecedora, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, portador do CPF nº _____, documento de identidade nº _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e substituição de Elemento Filtrante e mangueira de alimentação de filtro purificador de água, além de instalação e desinstalação de aparelhos para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE**, conforme especificações, quantitativo e condições estabelecidas no **Anexo I** e demais condições do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte integrante desta ATA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em cada fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços, serão observadas quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018 que a precedeu, a qual também integra o presente instrumento de compromisso.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a classificação no Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018:

Lote Único

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Elemento filtrante compatível com purificador de água Europa, modelo Summer Line SNTA Plus.</p> <p>- filtragem e purificação de água para consumo humano através de sistema próprio do equipamento com eficiência bacteriológica;</p> <p>- nível de retenção de partículas P-I, capaz de reter impurezas maiores de 1 micron.</p> <p>- redução de cloro livre C-I, capaz de reduzir 75%;</p> <p>- sistema de tratamento da água a base de carvão ativado;</p> <p>Deverá ser apresentado, Certificado de Aprovação, válido, por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados.</p> <p>A verificação/comprovação será feita no recebimento quando da aceitação definitiva, no prazo e condições contidas neste Termo, no edital e no instrumento contratual.</p>	50 un	R\$	R\$
02	Conjunto completo de mangueiras de alimentação e conexões (mangueira flexível / tubo de polietileno branco)	350 metros	R\$	R\$
03	Serviço de substituição dos elementos filtrantes e mangueiras , incluso custos com deslocamento e todas as demais despesas inerentes envolvidas.	50 un	R\$	R\$
04	Serviço de instalação de filtro d'água	25 un	R\$	R\$
05	Serviço de desinstalação de filtro d'água	25 un	R\$	R\$

Valor Total registrado por extenso: _____



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de fornecimento do objeto, será de 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da autorização de fornecimento. O prazo especificado, sobre a conclusão da entrega, incluiu a entrega do material e troca, que deve ser realizada presencialmente por representante legal da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo pode ser prorrogado por igual período caso requisitado pela CONTRATADA ficando a critério da CONTRATANTE a aceitação dos argumentos para prorrogação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será considerado fornecido o objeto somente após a conclusão do serviço de substituição do elemento filtrante.

PARÁGRAFO QUARTO - Em cada fornecimento, a entrega/instalação do objeto contratado será realizada pela fornecedora nas cidades especificadas, ou em local acordado pela contratante, conforme demanda e mediante solicitação por meio de Autorização de Fornecimento, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada no Anexo I do Edital.

PARÁGRAFO QUINTO - Os endereços da DPE podem ser obtidos no site <http://www.defensoria.sc.def.br/index.php/site-map/nucleos-regionais>.

PARÁGRAFO SEXTO - A fornecedora deverá aceitar alteração de endereço para a entrega e instalação dos produtos, sem ônus para a contratante, se esta vier a trocar de localização na cidade em que se encontra.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado por Ordem Bancária, realizado por intermédio do Banco do Brasil S.A. e efetivado mediante apresentação de nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 16.867.676/0001-17, devendo constar também o número deste contrato, à Contratada, em conta bancária por esta indicada: Banco: _____ Agência nº _____ Conta nº _____.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos em que a licitante vencedora informar dados bancários para pagamento em outro(s) banco(s), serão descontados da fornecedora os valores referente à transferência eletrônica disponível (TED), por nota fiscal emitida.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>)

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da contratante, nas datas estipuladas no cronograma de transmissão de ordens bancárias pelo Governo do Estado para despesas gerais, no prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento.

PARÁGRAFO QUINTO – O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a licitante vencedora, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto Estadual



nº 3.884, de 26 de agosto de 1993, bem como Certidão negativa de Débitos perante a União, o Município e a Justiça do Trabalho além de regularidade fiscal perante a Seguridade e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

PARÁGRAFO SEXTO – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O cronograma físico financeiro de desembolso será executado em parcelas mensais de acordo com a quantidade de serviço efetivamente prestado.

PARÁGRAFO OITAVO – O cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, será divulgado pela Gerência de Finanças e Contabilidade da DPE/SC.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E GARANTIA

A entrega dos produtos só estará permitida após a comunicação da Autorização de Fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável indicado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregues devidamente acondicionado(s) e transportado(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s), indicando na embalagem a razão social da fornecedora, o número do pregão, o número da Nota Fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O objeto deverá ser entregue acompanhado da Nota Fiscal correspondente.

PARÁGRAFO QUARTO – A fornecedora deverá oferecer o Prazo de Garantia dos produtos de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da entrega e aceite do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO – A licitante vencedora será comunicada da Autorização de Fornecimento – AF, através de correio eletrônico, ou outro meio de comunicação similar, no endereço

PARÁGRAFO SEXTO – A licitante vencedora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para responder à comunicação informando sua ciência.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Após o prazo previsto no parágrafo anterior, caso não haja manifestação da licitante vencedora, será considerada ciente.

PARÁGRAFO OITAVO – O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na data de sua assinatura e terá validade por 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina poderá:

- a) Negociar os preços.
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO – Não havendo êxito nas negociações, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Obriga-se a FORNECEDORA:

a) a atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item, observado o disposto na Cláusula Segunda e Sétima.

b) ao fornecimento do objeto deste Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

c) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, sem qualquer ônus adicional.

d) manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018.

e) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

f) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento.

g) responsabilizar-se pela entrega, instalação, garantia e pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018.

h) cumprir fielmente o estipulado no edital e seus anexos, na sua proposta e, em especial, atentar-se para as condições de prestação de dos serviços, prazos de execução, local, garantia, reposição e substituição de produtos e demais obrigações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, e nesta Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Obriga-se a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina:

a) Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

b) Exercer a fiscalização da prestação dos serviços e do fornecimento de produtos por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

c) Prestar à Fornecedora todas as informações necessárias ao regular cumprimento de suas obrigações.

d) Acompanhar e aprovar a prestação dos serviços executados e o fornecimento dos produtos.

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e produtos em desacordo com as obrigações assumidas decorrentes deste Registro de Preços.



f) Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados, ou que substitua os produtos fornecidos, com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações deste Registro de Preços.

g) Atestar as notas fiscais/faturas referentes à execução do objeto.

h) Emitir o termo de aceitação dos serviços prestado e produtos fornecidos, após a efetiva entrega, de acordo com o objeto licitado.

i) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

j) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no Registro de Preço.

k) Aplicar penalidades à Contratada, mediante o devido processo legal, garantida a ampla defesa e o contraditório.

l) Rescindir o contrato, caso se verifique alguma das situações dispostas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Unidade Gestora 15001 (Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina), Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.30, Subelemento 21; Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.30, Subelemento 25; Fonte 0.1.00.000000, Subação 12522, Natureza 33.90.39, Subelemento 29.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recebimento do objeto dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Contratante, que fará a verificação da sua conformidade com as condições e especificações descritas neste Edital e seus Anexos e na proposta de preços da Contratada, de acordo com o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e serão recebidos:

I – em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

II – em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 90 (noventa) dias da data da entrega do bem ou material.



PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias, contados da comunicação escrita do contratado de que o serviço foi concluído ou da data da entrega do bem ou material, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação não ser, lavrada ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

PARÁGRAFO SEXTO – Poderá ser dispensado o recebimento provisório, sendo o recebimento feito mediante recibo, nos seguintes casos:

I – gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II – serviços profissionais;

III – obras e serviços de valor até R\$ 80.000,00, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após:

a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo;

b) a verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes do Edital e da proposta da fornecedora;

PARÁGRAFO NONO – Sendo satisfatórias a verificação será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A Fornecedora, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, ou do próprio produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta



licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Fornecedora por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Fornecedora, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fornecedora terá seu registro cancelado quando:

- a) não retirar a respectiva Ata de Registro de Preços, não comunicar a ciência da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) tiver presentes razões de interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado antes da comunicação da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados.

III – judicialmente, na forma da legislação vigente.



IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a Fornecedora, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à Contratante.
- b) retenção dos créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais ora assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência.

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%.
- b) 10% em caso de não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da fornecedora, calculado sobre a parte inadimplente.
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da Ata de Registro de Preços, pelo descumprimento de qualquer cláusula da Ata de Registro de Preços, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos, quando, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar a Ata de Registro de Preços.
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame.
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
- d) não mantiver a proposta.
- e) falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços.
- f) comportar-se de modo inidôneo.
- g) cometer fraude fiscal.
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada à fornecedora o contraditório e ampla defesa.



PARÁGRAFO SEGUNDO – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Fornecedora, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Fornecedora, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/fornecedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/DPE/2018, seus Anexos e a proposta da Fornecedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor, Defensor Público-Geral, representando **A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina - DPE**, e pelos representantes da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificados, tendo como testemunhas os senhores abaixo identificados, presentes neste ato.

Florianópolis, xx de xxxxxxxxxxxx de 201 .

Defensoria Pública do Estado de Santa
Catarina – DPE/SC
CNPJ: 16.867.676/0001-17
- Defensor Público Geral
CPF: 000.000.000-00

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx,
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – Procurador /Sócio
Administrador
CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº

Nome:
CPF nº



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data,

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da Empresa



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES
À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que esta Empresa, cumpre com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e à Segurança no trabalho de nossos empregados, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos, consoante exigência da Lei Estadual 10.732/98.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Local e data,

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da Empresa



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº
009/DPE/2018**

PROCESSO DPE 004/2018 (SPP EDPE5185)

ANEXO X

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO



AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Processo nº: DPE - xxx/20xx - Pregão Presencial nº xx/DPE/20xx ARP nº xxx/20xx				Autorização de Fornecimento nº: 0xx/20xx	
Fornecedor: xxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxx, inscrito no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxx/xxxx-xx					Emissão: xx/xx/xxxx
Rua xxxxxx, nº xxx. Bairro: xxxxx – CEP: xxxxxxxxx – xxxxxxxxx/xx. Telefone fixo (xx) xxxxxxxxxxxxx; e-mail:					
Banco: xxxxxxxx Agência nº xxxxxx-x Conta nº xxxxxx-x					
Item	Descrição do Material/Marca/Modelo	Unidade	Qtde.	Preço (R\$)	Preço Total (R\$)
xx					
xxx					
Observações:					
Nota fiscal em nome da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina - CNPJ: 16.867.676/0001-17				Total AF: R\$ xxxxxxxx	
LOCAL DE ENTREGA: PRAZO DE ENTREGA: HORÁRIO DE ENTREGA: ENDEREÇO no site: http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/site-map/nucleos-regionais .				Florianópolis, de de 20xx.	
Defensor Público Geral					